



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

26/07/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
2.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	4
2.3. DESEMBARGADOR.....	5
2.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	6 - 9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CONVÊNIOS.....	12
4.2. DECISÕES.....	13 - 14
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	15 - 16
4.4. SINDJUS.....	17 - 18
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	19 - 22
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	23

Judiciário e Cemar lançam projeto “Linha Direta”

5

Judiciário e Cemar lançam projeto “Linha Direta”

O projeto “Linha Direta”, resultado de uma parceria entre a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e o Poder Judiciário maranhense, foi lançado nesta segunda-feira (24), no Fórum de São Luís, em solenidade com a presença do desembargador José Luiz Almeida (presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA); dos juízes Alexandre Abreu (coordenador do Núcleo) e Sebastião Bonfim (diretor do Fórum de São Luís); de José Jorge Leite Soares (diretor institucional da Cemar), David Adballa Pires Leal (gerente jurídico) e Fabianni Lima Serra (Assessoria Jurídica).

“Com a iniciativa, cria-se mais um serviço que favorece o acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. É mais uma porta que se abre para que a população seja atendida de forma rápida e efetiva”, ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

O objetivo é resolver litígios antes do consumidor tentar a judicialização. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 8



às 18h, com a presença permanente de um preposto da concessionária de energia para – dependendo da demanda – solucionar impasses por meio de acordo.

O atendimento será destinado àqueles que possuem demandas contra a Cemar, podendo as mesmas serem pré-processuais (quando ainda não existe um processo ajuizado em vara ou juizado) e processuais. Ao atender o consumidor, o preposto consultará a sua situação no cadastro da empresa, bem como nos bancos de dados das instituições parceiras – Defensoria Pública do Estado, Procon, Ministério Público e o próprio Judiciário.

Após esse procedimento, será formalizada no ato ou em data posterior – dependendo de cada caso

– uma proposta de acordo. Caso o usuário aceite, a proposta será encaminhada a uma das salas do Centro de Solução de Conflitos do Fórum de São Luís, para formalização do Termo de Audiência de Conciliação. Posteriormente, o termo será encaminhado para o Juizado Especial competente e distribuído de acordo com a residência do requerente, para homologação.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, o projeto “Linha Direta” tem como meta beneficiar a sociedade e reduzir o número de processos judiciais.

O diretor da Cemar, José Jorge Leite Soares, afirmou que a intenção da empresa é mostrar que a resolução por meio de acordo é o melhor caminho. “Nosso

foco é o cliente, pois sem ele a companhia não se sustenta e queremos, com isso, evitar a todo custo o conflito, uma vez que a conciliação deve ser priorizada”, frisou.

Após a inauguração, ocorreu o primeiro atendimento, tendo como parte Walbert dos Santos Silva, morador da comunidade Itaguará em São José de Ribamar, que possui um imóvel locado e percebeu, em novembro do ano passado, que estava com seu nome no cadastro de restrição ao crédito, por inadimplência na conta de energia em razão de seu nome ter sido usado irregularmente pela locatária.

“Fiz um bom acordo, pois o que eu mais queria era ter meu nome retirado do Serasa e ter meu crédito de volta. Fui muito bem atendido e recomendo o serviço aos interessados na resolução de questões com a Cemar”, declarou.

Linha Direta” - O projeto “Linha Direta” já foi implantado, em maio deste ano, no 13º Juizado Especial Cível e já registrou naquela unidade judicial uma redução de 65% nas demandas em desfavor da companhia.

TJMA instala a 4ª Vara Criminal Criminal de Balsas

Solenidade foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha

BALSAS

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, instalou a 4ª Vara Criminal da Comarca de Balsas, no Fórum Desembargador Esmeraldo Sousa e Silva. Na ocasião, o presidente empossou o juiz José Francisco de Souza Fernandes, como titular da nova unidade judicial.

Na solenidade – realizada segunda-feira, 24 –, o desembargador Cleones Cunha ressaltou que é preciso reconhecer a crise orçamentária que o Judiciário enfrenta no momento, mas que essa situação não impossibilita a instalação de novas varas judiciais em algumas comarcas, entre elas a de Balsas. “Nós tivemos no Tribunal uma luta árdua para chegar até onde chegamos. Tivemos, agora, que escolher algumas comarcas para instalação de varas e Balsas não poderia ficar de fora”, frisou.

De entrância intermediária, a Comarca de Balsas tem uma população de cerca de 90 mil habitantes. De porte médio, o Município possui uma forte economia voltada ao agro-negócio, principalmente com a plantação de soja. A Comarca abrange os Termos de Nova Colinas e Fortaleza dos Nogueiras, com aproximadamente 5 mil habitantes e 14 mil habitantes, respectivamente.

Para a juíza Elaile Silva Carvalho – titular da 1ª Vara Judicial e respondendo como diretora do Fórum local –, a instalação da nova unidade é uma necessidade premente, que vai favorecer o atendimento do princípio constitucional da razoável duração dos processos. “A instalação da 4ª Vara, com competência exclusiva criminal, vai desafogar as outras varas da Comarca, dando mais celeridade aos processos, e trazendo satisfação a todos”, declarou.

A magistrada enfatizou o trabalho intenso desempenhado por juizes e servidores para suprir a alta demanda processual do Judiciário estadual. “Atualmente, juizes e servidores trabalham arduamente para levar o melhor ao jurisdicionado, no entanto, são incapazes de dar mais de si devido à elevada e desumana demanda processual”, destacou.

Novo juiz

Promovido por antiguidade, o juiz José Francisco de Souza Fernandes tomou posse como titular da 4ª Vara Criminal de Balsas. Ele atua na magistratura desde 2012, quando ingressou como juiz substituto no Juizado Especial Cível e Criminal em Bacabal. Em seguida, foi titularizado na Comarca de Alto Parnaíba, e depois exerceu suas atividades judicantes nas comarcas de Riachão e Paraibano. ●

ESTADO MAIOR

E MAIS

- O Tribunal de Justiça e a Cemar lançaram o projeto “Linha Direta”, mecanismo que facilita o acesso do cidadão ao Poder Judiciário.

ESTADO MAIOR

Campanha

A desembargadora Nelma Sarney tem sido alvo de uma campanha voraz na internet.

Candidata natural à presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a magistrada passou a ser pauta negativa da mídia alinhada ao Palácio dos Leões nas últimas semanas.

Campanha negativa cristalina e que tem por objetivo ferir a honra da desembargadora e diminuir o Poder Judiciário.



OTONLIMA



Centro Histórico em serenata

O Centro Histórico volta a sediar o projeto Passeio Serenata, hoje, às 19 horas. Nele, o público terá a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, a história, lendas, belezas e peculiaridades da capital maranhense, em passeios acompanhados por guias. A noite é embalada pela música, história e poesia, durante cortejo com pequenas paradas em frente aos principais pontos históricos. O projeto é iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo (Setur).

Segue o passeio...

O ponto de saída do passeio é a Praça Benedito Leite, passando pela Igreja da Sé, Palácio da Justiça Clóvis Bevilacqua (sede do Tribunal de Justiça), Palácio de la Ravardiére (sede da Prefeitura de São Luís), Palácio dos Leões (sede do Governo do Estado), Capitania dos Portos, Beco Catarina Mina e encerrando o percurso na Praça dos Catraieiros.

Divulgação



Alternativo

Passeio Serenata em última edição hoje no Centro

PÁG. 1

Música e poesia nas **RUAS**

Última edição do Passeio Serenata, atividade do programa Férias Culturais, acontece hoje, às 19h, com concentração na Praça Benedito Leite

O Centro Histórico de São Luís ganha uma atmosfera mágica na noite desta quarta-feira, na Praça Benedito Leite, com a última edição do Passeio Serenata organizado pela Secretaria Municipal de Turismo. O cortejo terá início às 19h e destacará os principais pontos turísticos e locais históricos naquele trecho da cidade, atraindo, principalmente, a atenção dos turistas. A iniciativa é parte integrante do programa Férias Culturais.

O ponto de partida do passeio é a Praça Benedito Leite, onde o cortejo seguirá passando pela Igreja da Sé, Palácio da Justiça Clóvis Bevilacqua (sede do Tribunal de Justiça), Palácio de La Ravardiére (sede da Prefeitura), Palácio dos Leões (sede do governo estadual), Capitania dos Portos, Beco Catarina Mina e Praça dos Catraieiros (ponto de dispersão).

Durante o cortejo, por meio de representações teatralizadas, personagens apresentam esquetes retratando momentos históricos significativos da trajetória da cidade. Alguns dos personagens são: Padre Antônio Vieira, Ana Jansen, Gonçalves Dias, Maria Aragão, Catulo da Paixão Cearense e Catarina Mina. O passeio é orientado por um guia de turismo.

Outro olhar

De acordo com a titular da Secretaria Municipal de Turismo, Socorro Araújo, o passeio tem revelado um novo olhar sobre a história e a arquitetura da cidade. "É uma maneira não só de turistas conhecerem a nossa história e cultura, mas de também desenvolver um sentimento de pertencimento na população local. Não é apenas uma caminhada, mas uma maneira de amar mais a cidade, de ver que ela tem de ser enaltecida e preservada", diz.

O programa Férias Culturais teve início no dia 12 deste mês com o Sarau Histórico, na Praça Benedito



Projeto tem como objetivo movimentar o Centro Histórico da cidade

Leite. A programação será encerrada amanhã, com o "Conheça São Luís", roteiro guiado que terá início às 16h, também partindo da Praça Benedito Leite e percorrendo os principais pontos turísticos do Centro Histórico da capital. A história,

em cada ponto, será contada por personagens icônicos como Ana Jansen, Catarina Mina, Benedito Leite, Gonçalves Dias, entre outros.

A programação do programa "Férias Culturais", que tem levado centenas de moradores e turistas para o Centro Histórico, também teve o "Roteiro Reggae", no dia 19, percorrendo locais no Centro Histórico que têm identificação com o estilo musical que deu a São Luís o título de "Capital Brasileira do Reggae". Um guia especializado conduziu os visitantes aos lugares representativos, com apresentação de grupos de dança. ●

Serviço

O quê Passeio Serenata **Quando Hoje, às 19h Onde Praça Benedito Leite (Centro Histórico)**



BateRebate

NOVA UNIDADE

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz foi instalada em ato solene nesta terça-feira (25), no Fórum Henrique de La Roque, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha. A unidade – que tem como juíza titular, Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis – é a segunda a ser instalada no Estado.

A Central atua com os inquéritos policiais, procedimentos investigativos criminais do Ministério Público e todas as medidas pré-processuais aptas a auxiliarem em investigações, onde se inserem as representações por busca e apreensão, interceptação telefônica, quebra de dados telefônicos, quebra de sigilo fiscal e bancário, entre outros.

Para o presidente Cleones Cunha, a instalação da Central culmina no curso de uma trajetória precedida de várias discussões e reuniões, que superou resistências por se tratar de algo novo. “Estamos aqui para registrar a instalação dessa unidade judicial, que já está em pleno funcionamento e que representa um avanço na celeridade da prestação jurisdicional”, ressaltou o desembargador.

A nova unidade – criada pela Lei Complementar 188/2017, que transformou a antiga 3ª Vara Criminal de Imperatriz em Central de Inquéritos e Custódia – promove também as audiências de custódia em virtude de flagrante e de cumprimento de mandados de prisão temporária ou preventiva, oriundos da Central, além de procedimentos incidentes existentes no curso do inquérito, habeas corpus, mandado de segurança, entre outros.

BateRebate

SESSÃO PLENÁRIA

Dezoito processos estão na pauta de julgamento da Sessão Plenária Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ocorre hoje, a partir das 9h.

A pauta inclui incidente de resolução de demandas repetitivas, mandado de segurança, agravo interno, entre outros. A agenda pode ser consultada no sistema Jurisconsult, no Portal do Judiciário.

Órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual e composto pelos 27 desembargadores, o Pleno do TJMA tem competências jurisdicional e administrativa.

As sessões administrativas ocorrem sempre às primeiras e terceiras quartas-feiras do mês; enquanto que as sessões jurisdicionais ocorrem às segundas, quartas e quintas (quando há) quartas-feiras do mês.

TRANSMISSÃO AO VIVO – As sessões plenárias são transmitidas ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

TECNOLOGIA

Aplicativo para monitorar custodiados

O IWorkshop sobre Monitoração Eletrônica no Maranhão, que aconteceu na última segunda-feira, no Palácio Henrique de La Rocque, foi promovido pelo governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), e teve como objetivo atualizar os órgãos de segurança pública sobre os novos procedimentos referentes ao serviço de monitoração eletrônica.

A solenidade, que teve início com a formação de mesa com as autoridades e a execução do Hino Nacional, contou com a demonstração do aplicativo para celular do SIISP (Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional), software que fornece informações

precisas e atualizadas sobre a situação dos custodiados do Sistema Penitenciário do Maranhão.

Segundo o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, o aplicativo trará um ganho para as ações de identificação de presos, realizada pelas forças policiais e, também, penitenciárias. “Com certeza vai dinamizar bastante o processo de identificação de presos, tendo em vista que a atualização é em tempo real e possibilita informações importantes como a situação da pessoa, mostrando se ela está com tornozeleiras ou presa em alguma unidade”, disse Murilo.

Na oportunidade entrou em vigor a Portaria 09/17, que tem como

objetivo corrigir problemas na fiscalização eletrônica e, ainda, dispor sobre as diretrizes para a imposição de monitoração eletrônica de pessoas no âmbito do Maranhão e dá outras providências.

O momento serviu para apresentar, aos representantes das unidades de suporte, as diretrizes bases de funcionamento do novo sistema, o detalhamento da Portaria nº 09/ 2017, a atualização dos novos procedimentos padrão para a atuação nas unidades e os fluxos das ações que são desempenhadas nesse sistema.

Segundo a chefe da Assessoria de Modernização Institucional (AMI), Kelly Carvalho, a intenção não é somente apresentar o novo

sistema, mas colher as impressões dos representantes dessas unidades e a partir daí fazer melhorias nos procedimentos do novo programa. “Nesse primeiro momento, vamos passar às unidades de suporte a forma como o sistema opera e evidenciar a padronização de normas, fluxos e procedimentos da monitoração eletrônica, que é algo fundamental”, explicou Kelly.

Além do secretário Murilo Andrade, a programação contou com a presença de representantes do Ministério Público Estadual, do Centro de Inteligência de Segurança Pública, do Centro Integrado de Operações e Segurança (Ciops), do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.

JUSTIÇA
**Promotor é demitido
em São Luís por
crime de estelionato**

Portaria assinada pelo
procurador-geral de Justiça
confirma demissão de promotor
da 17ª Promotoria de Justiça. POLÍTICA

Promotor é demitido por crime de estelionato

Procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, assinou portaria em que aplica a pena de demissão a Ricardo Henrique de Almeida

PAULO DE TARSO JR.

Ricardo Henrique de Almeida não é mais promotor da 17ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Comarca de São Luís. Acusado da prática dos crimes de estelionato e apropriação indébita, o agora ex-promotor teve sua demissão determinada pela Justiça. Na semana passada, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, assinou portaria em que aplica a pena de demissão e a consequente perda do cargo a Ricardo Henrique de Almeida.

Em 2013, o Ministério Público Estadual entrou com ação civil pública contra o promotor Ricardo Henrique de Almeida. A ação foi julgada pelo Tribunal de Justiça somente em setembro de 2014. Na ocasião, por unanimidade de votos, o Órgão Especial do TJMA decretou a demissão e perda do cargo do promotor de Justiça.

O detalhe é que cabia recursos para a decisão. Desta forma, o efeito e aplicabilidade da pena ficaram condicionados ao trânsito em julgado (quando não couber mais recurso) de uma ação penal também ajuizada contra o réu.

Trâmites

Após a decisão do TJMA, Ricardo Henrique de Almeida recorreu. Em maio de 2015, a desembargadora Cleonice Silva Freire admitiu o recurso da defesa e remeteu o processo ao Superior Tribunal de Justiça.

Pouco mais de dois anos depois – no dia 22 de junho de 2017 –, o processo foi remetido para a Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas do TJMA. No dia 3 de julho deste ano, o desembargador Cleones Carvalho Cunha determinou que o Ministério Público Estadual promovesse a demissão do promotor Ricardo

Portaria assinada pelo procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, que confirma demissão de promotor

Henrique de Almeida.

Uma semana após a determinação do TJMA, é que a Procuradoria Geral de Justiça foi notificada. Foi então que, no dia 17 de julho, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, assinou portaria demitindo Ricardo Henrique de Almeida do cargo de promotor de Justiça.

Entenda o caso

O Ministério Público Estadual entrou com uma Ação Civil Pública para Decretação de Demissão e Perda de Cargo do então promotor de Justiça Ricardo Henrique de Almeida. À época, o MPMA apurou que o promotor utilizava-se do cargo “para satisfazer seus interesses

privados, ao negociar imóvel objeto de procedimento investigatório”.

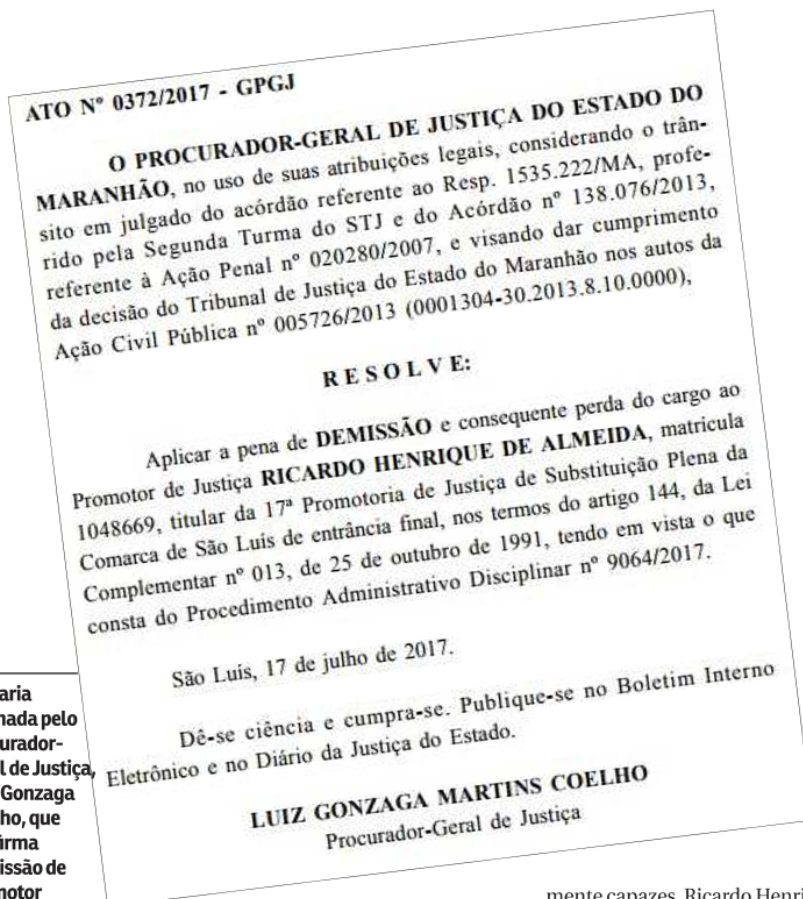
De acordo com o voto do desembargador Cleones Cunha (relator), as provas e depoimentos atestam que o promotor, prevalecendo-se do seu cargo, ludibriou pessoas, apropriou-se de valores e valeu-se de ameaça, com o único intuito de satisfazer interesses pessoais.

Segundo o relator, o réu, após tomar conhecimento do insucesso da compra e venda de imóvel localizado no Loteamento Brasil, bairro Turu, pertencente a João de Deus Lima Portela e destinado a Cícero dos Santos Guedes, iniciou investigação na 3ª Promotoria Criminal de São Luís, a despeito de envolver questões patrimoniais disponíveis e pessoas plena-

mente capazes. Ricardo Henrique de Almeida teria sugerido a João de Deus que ignorasse o primeiro acordo e propôs a troca do bem por outro de sua propriedade, mais o pagamento da quantia de R\$ 30 mil. No entanto, repassou ao vendedor apenas R\$ 5,8 mil.

A Corregedoria Geral do Ministério Público descobriu que houve uma fraude em conluio com advogado, que resultou na transferência do imóvel à titularidade do réu, com ameaça a um gerente da Caixa Econômica Federal, para bloqueio da quantia de R\$ 30 mil da conta corrente de Cícero Guedes.

A conclusão foi de que a quantia que deveria ser destinada a João de Deus, R\$ 24 mil, foi apropriada indevidamente pelo réu, enquanto o restante ficou retido pelo advogado.





ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 48/2017-SRP
Processo nº 26.048/2017

Objeto: Prestação de serviços de publicação em jornais de grande circulação local/regional de avisos de abertura, suspensão e adiamento de licitações; **Nova Data de Abertura:** 11/08/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Justificativa:** Para cumprimento do prazo legal; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 25 de julho de 2017.

Wherbeth Silva Sousa – Coordenador de Licitações e Contratos.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 47/2017

Processo nº 7197/2017

Objeto: Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento de livros/publicações que irão compor o acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

Justificativa: Para readequação do termo de referência, em decorrência da análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 24 de julho de 2017. André de Sousa Moreno - Pregoeiro do TJMA.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Eleita nova diretoria do DCE da UFMA para 2017 a 2020

No último dia 21 de julho, estudantes de 38 cursos da Universidade Federal do Maranhão reuniram-se no auditório do prédio de pós-graduação do CCBS na UFMA. Na oportunidade, mais de 100 alunos, de todos os oito Campi da Universidade, elegeram nova diretoria da entidade para o exercício do triênio 2017-2020. A novidade é que desta vez, os estudantes se articularam legalmente na Justiça, acompanhando todo o processo de reestruturação da entidade, cujo Estatuto se encontra intacto, desde 1988. Nos debates, alunos prepararam documento com encaminhamentos aos Ministério Público Federal, a fim de tentar solucionar diversos problemas pontuais que se arrastam há anos. “Há a necessidade de garantir que nossa Universidade consiga ter eficiência no gasto público, principalmente no momento de crise em que passamos”, destacou Renan Reis, aluno do curso de Comunicação Social da UFMA.



Principalmente
no momento
crítico que vivemos
atualmente no
nosso país. A
Universidade precisa
de estudantes que
lutem por seus
direitos como
antigamente

**Aníbal Lins, presidente do Sindicato dos
Servidores do Poder Judiciário (Sindjus),
ao participar do encontro dos estudantes
dos Campi da UFMA**

Tribunal de Justiça instala Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz

P4c1
Ribeimar Pinheiro



Central de Inquéritos e Custódia é instalada em Imperatriz

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz foi instalada em ato solene nesta terça-feira (25), no Fórum Henrique de La Roque, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha. A unidade – que tem como juíza titular, Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis – é a segunda a ser instalada no Estado.

A Central atua com os inquéritos policiais, procedimentos investigativos criminais do Ministério Público e todas as medidas pré-processuais aptas a auxiliarem em investigações, onde se inserem as representações por busca e apreensão, interceptação telefônica, quebra de dados telefônicos, quebra de sigilo fiscal e bancário, entre outros.

Para o presidente Cleones Cunha, a instalação da Central culmina no curso de uma trajetória precedida de várias discussões e reuniões, que superou resistências por se tratar de algo novo. “Estamos aqui para registrar a instalação dessa unidade judicial que já está em pleno funcionamento e que representa um avanço na celeridade da prestação jurisdicional”, ressaltou o desembargador.

A nova unidade – criada

pela Lei Complementar 188/2017, que transformou a antiga 3ª Vara Criminal de Imperatriz em Central de Inquéritos e Custódia – promove também as audiências de custódia em virtude de flagrante e de cumprimento de mandados de prisão temporária ou preventiva, oriundos da Central, além de procedimentos incidentes existentes no curso do Inquérito, habeas corpus, mandado de segurança, entre outros.

De acordo com a juíza Ana Lucrécia Reis, a especialização representa uma forma de aprimoramento de toda atividade profissional, quando confere a um único juízo competência exclusiva para atuar na fase pré-processual. “Em Imperatriz, todas as varas criminais apresentavam dificuldade com o controle dos inquéritos policiais. Nos poucos dias de atuação da unidade, já é possível observar uma maior agilidade na tramitação das representações requeridas pelo Ministério Público ou Delegacia de Polícia. De igual forma, as audiências de custódia têm se realizado em lapso temporal inferior a 24 horas”, destacou.

Para a magistrada, as atividades promovidas pela nova unidade torna

viável a agilização dos requerimentos endereçados ao Judiciário, indispensáveis ao prosseguimento das investigações. “Não resta dúvida da efetiva contribuição da instalação da Central de Inquérito para o combate à criminalidade. Sabemos que existe o tempo da investigação, de modo que algumas medidas, quando não apreciadas em tempo hábil, prejudicam por completo a elucidação de certos crimes”, esclareceu.

O corregedor geral da Justiça em exercício, desembargador Jorge Rachid, enfatizou ser uma satisfação constatar nos magistrados que atuam em Imperatriz a vontade de levar adiante projetos como esse, prestando um serviço excelente à comunidade.

“Tenho certeza que a juíza Ana Lucrécia tem todas as condições de fazer com que esse trabalho prospere. Gostaria de parabenizar também o desembargador Cleones Cunha, que tem feito uma peregrinação pelo interior do Maranhão, instalando novas unidades judiciais, dentro das possibilidades do Judiciário”, destacou Rachid.

POSSE – Durante a solenidade, o presidente do TJMA, Cleones Cunha,

deu posse ao juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz (entrância intermediária), no cargo de juiz de Direito auxiliar da Comarca de São Luís (entrância final), promovido pelo critério de antiguidade, com titularidade na mesma unidade judiciária.

“É a primeira vez que um juiz promovido à entrância final, opta por ficar na Comarca de entrância intermediária onde já atua. Isso porque tenho minhas raízes aqui, onde tenho residência há 20 anos, onde tenho meus processos e família constituída”, revelou o juiz. Adolfo Neto ingressou na magistratura em 1992, atuando nas comarcas de Vitória do Mearim, Santa Luzia do Tide, Vitorino Freire e Imperatriz.

Ao dar posse a um juiz de entrância final na Comarca de Imperatriz, o presidente do TJMA declarou que o ato já é um início para que no futuro Imperatriz seja elevada à Comarca de Entrância final. “Esse é um caminho que não tem volta”, concluiu.

Participaram das solenidades, o desembargador Jamil Gedeon; a diretora geral do TJMA, juíza Isabella Lago; o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz

Marco Antônio Oliveira; os juízes da Comarca de Imperatriz, Mário Márcio Sousa, Ana Beatriz Maia, Genivaldo Silva, Iris Danielle Santos, Edilza Ferreira, Joaquim Filho e Delvan Oliveira; o diretor da secretaria da CGJ, Gustavo Adriano Campos; a promotora Raquel Chaves e Carlos Róstão; o defensor público, André Andrade; o delegado regional, Eduardo Galvão; a vereadora Tátilla Avelue; o comandante da Polícia Militar, Major Diniz e servidores do Poder Judiciário da Comarca de Imperatriz. *(Danielle Limeira -Ascom TJMA)*





Informe JP

Miudinhas

- Dezoito processos estão na pauta de julgamento da Sessão Plenária Jurisdicional do TJMA, que ocorre hoje (26), a partir das 9h. A pauta inclui incidente de resolução de demandas repetitivas, mandado de segurança, agravo interno, entre outros.